

NO EXTREMO-OESTE PAULISTA: O EXTERMÍNIO E A RESISTÊNCIA INDÍGENA*

Maria Celma Borges**

“[...] a conquista destes sertões é uma obra que se vai effectuando dia a dia, lentamente, luctando o sertanejo com o índio, cahindo quase sempre o primeiro victima da emboscada do segundo, mas ficando sempre a terra em poder da civilização que avança” (Sampaio, 1890: 88).

RESUMO: O tema central de minha tese foi o estudo das práticas e representações camponesas do MST no Pontal do Paranapanema, SP, com o olhar para as primeiras experiências de luta nos assentamentos Santa Clara e São Bento, em Mirante do Paranapanema, na década de 1990. Para este estudo, fez-se necessário buscar a história da ocupação do Vale do Paranapanema. Em meio à violência da grilagem de terras, deparei-me com a violência sobre as populações indígenas que habitavam aquelas paragens. É destas populações que trato, de forma breve, neste texto, buscando evidenciar a resistência por elas empreendida na luta para permanecerem como povos em seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Populações Indígenas, Vale do Paranapanema, Violência.

ABSTRACT: *In the Extreme-West Area of São Paulo: Extermination and Red Indian Resistance.* This article deals with a study on peasantry practices and representations, focusing the Landless People's Movement in a region of São Paulo – Pontal do Paranapanema. Our approach concerns their first struggling experiences that occurred in Santa Clara and São Bento, Mirante do Paranapanema, during the 1990 decade. For this purpose, it was necessary to recover their occupation History in this region. Besides the violence problems related to illegal occupation of the land, we also observed the violence used against red indians, living in that region. Based on this research, we showed briefly how these people have resisted and struggled so hard to stay and live in the land.

KEYWORDS: Indians People, Paranapanema Valley, Violence.

Nos idos do século XIX e primeiras décadas do século XX, deu-se no Vale do Paranapanema uma situação de intensos conflitos entre as populações indígenas e os primeiros colonizadores que por ali chegavam. A violência que decorreu dessa relação, tornou-se, então, o estopim para algumas tentativas de ação dos governos estadual e federal, como, por exemplo, as expedições exploratórias de 1905 e a expedição Rondon de 1911, as quais, atrasadas no tempo e em seus objetivos, se mostraram incapazes de

** Profª. Adjunto do Curso de História, UFMS, Campus de Três Lagoas.

solucionar as questões que cotidianamente afligiam os habitantes do lugar, fossem as populações indígenas ou, em fase posterior, principalmente a partir da segunda década do século XX, os posseiros, pequenos arrendatários e sitiantes.

Fugindo à narrativa única de violências, trago a ânsia de encontrar as populações indígenas por entre os velhos papéis; nos relatos de viajantes; nas narrativas das expedições exploratórias do rio Paranapanema; nos mapas da região e pelos vários recantos do Pontal do Paranapanema. Além das populações indígenas, na leitura das fontes, indago constantemente por onde andavam os homens e mulheres pobres que por essas localidades viviam. Pergunto ainda qual a sorte que puderam conduzir em sua vida por entre o chamado “deserto desconhecido”.¹

As considerações de Muramatsu sobre o processo de ocupação da região noroeste do estado de São Paulo são significativas para a compreensão do peso das denominações “deserto desconhecido”, “sertão desconhecido” ou “terrenos desconhecidos”, ao salientar que: “O fato de figurar nos mapas como ‘sertão desconhecido’ evidencia que o próprio Estado encampava essa ideologia” (Muramatsu, 1984:69).

Nesse desejo e nessas indagações, busquei vestígios das populações indígenas que ali habitavam. O que pude encontrar foram sinais dispersos, perdidos entre as narrativas centradas na figura do “pioneiro”, do “bandeirante” e do “desbravador”². Soterradas pela memória da “frente pioneira”³, pouco se sabe de suas histórias. Se não lhes restou no Pontal do Paranapanema nenhuma nesga de território, dificilmente lhes sobraría uma brecha na memória da população para a compreensão de suas histórias de luta.⁴

Dessas populações encontram-se apenas alguns apontamentos retratados na obra de Cobra, testemunha ocular da violência empreendida por aqueles que nos sertões penetravam, por viver em Campos Novos do Paranapanema, na segunda década do século XX, dentre outras fontes de fins do século XIX e início do século XX, provenientes, especialmente, das excursões exploratórias da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo pela região; de viajantes que percorreram o Vale e região do Paranapanema e de autores, principalmente geógrafos e historiadores, que nas últimas décadas do século XX trabalharam com o problema da questão agrária e da

¹ Sampaio (1890: 87) em texto intitulado: “Considerações geográficas e económicas sobre o Valle do Rio Paranapanema”, narrando sua excursão exploratória no ano de 1886, referia-se à região como “vasto territorio do Paranapanema, de que cerca de metade é ainda hoje, e apesar de tudo, um deserto desconhecido”.

² Um trabalho de enaltecimento da figura do bandeirante está em Monbeig (1998: 21). Ao discutir a psicologia do bandeirante, esse autor a justifica, observando: “Diz-se tudo de um homem, quando se diz que ele é um verdadeiro bandeirante”. Reforça ainda que: “Nos heróis de outrora, como no grande homem do momento, admira-se a mesma temeridade, a mesma sede de aventura, a mesma paixão pela riqueza. Perpetua uma tradição aquele que ‘abre’ uma fazenda e sua ação direta suscita vocações” (Monbeig, 1998:122). Uma outra obra a mitificar as ações dos grileiros é a de Giovanetti (s/d: 70) em que José Teodoro de Souza, mineiro que será discutido no item a seguir, é considerado o “hércules do sertão”.

³ Quanto às “frentes pioneiras”, ver Monbeig (1998). Ver ainda, como contraponto à tese de Monbeig, a discussão que Martins (1972) estabelece sobre o que denomina “frentes de expansão”. Distinguindo “frente pioneira” de “frente de expansão”, esse autor destaca que, na primeira, o ponto-chave é a “propriedade privada” da terra. Assim, nessa ação a terra não é ocupada e sim comprada. Já na “frente de expansão”, a terra não adquire o sinônimo de mercadoria, tendo como figura central o ocupante ou posseiro. Assim, Martins difere de Monbeig quanto à interpretação de como se processou a ocupação das terras no oeste paulista.

⁴ Fugindo à leitura comum da negação dessas populações, Vasques (1973 : 62-63) relaciona os principais sítios arqueológicos onde foram encontrados vestígios de cultura indígena no Pontal do Paranapanema, sendo eles: Sítio 1 (descoberto em 1966, ao sul da Serra do Diabo, nas barrancas do Paranapanema, na Fazenda Rosanela); Sítio 2 (descoberto em fevereiro de 1973, nas terras da Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa Ribeiro S/A, em Rosana); Sítio 3 (descoberto em 1970, no varjão do rio Paranapanema); Sítio 4 (descoberto em 1972, nas barrancas do rio Paraná, em chácaras anteriormente pertencentes à Empresa Camargo Corrêa) e Sítio 5 (descoberto em 1973, próximo à Teodoro Sampaio, a 500 metros aproximadamente do depósito natural de cascalhos e seixos na barranca do rio).

devastação das reservas ecológicas na região do Pontal do Paranapanema.⁵

Inseridas nesse quadro de violência, as ocupações do Vale do Paranapanema, da microrregião da Alta Sorocabana e do Pontal do Paranapanema, apontam para as ações costumeiras de grilagens de terra, destruição das áreas de preservação ecológica, dizimação das populações indígenas e expulsão dos posseiros em favor do latifúndio. Num âmbito maior, o estado de São Paulo também carrega consigo, desde a sua expansão geográfica nos séculos XVI, XVII e XVIII, o sinônimo desse cenário de violência. Por entradas e bandeiras, as expedições se caracterizavam pela mobilidade e truculência daqueles que as conduziam diante dos “obstáculos” que encontrassem pelo caminho⁶. Alargando fronteiras, derrubando matas, dizimando as populações indígenas que pelos sertões paulistas viviam, foram desenhando o histórico do “bandeirante”, mais tarde “pioneiro”.

Cobra narrando a chegada dos mineiros no Paranapanema, atraídos pelo “desconhecido”, em fase posterior às bandeiras da história paulista, observa que: “Dest’arte os povoadores mineiros, encontraram, no Valle do Paranapanema, immensa área de terras immersa em completa solidão” (Cobra, 1923: 7).

Poderíamos falar em “solidão”, na região do Vale do Paranapanema, se não levássemos em conta a existência de populações, as quais o próprio autor refere-se no início de sua obra, ou seja, os povos indígenas. O “homem branco” na “conquista” do “deserto” ou dos “terrenos desconhecidos”, continuamente iria, por um lado, ocupando as terras pelas pequenas habitações dos sertanejos que por ali se instalavam na “frente de expansão”, por outro, despovoando-as de seus habitantes imemoriais por meio da tomada de suas terras, principalmente com a “frente pioneira”. Tanto que, na atualidade, pouco se sabe ou se estuda acerca das populações indígenas do Pontal. Exterminados fisicamente, foram ainda quase que excluídos da memória dos habitantes do lugar, no caso específico, da população do Pontal. Quando lembrados, são, na maioria das vezes, vistos como “irreais”.⁷

Simonetti ao trabalhar a (re)construção do território camponês em Promissão, a partir do estudo do assentamento Reunidas, discorre sobre o processo de violência que circunscreveu a “ocupação” do oeste paulista. Na discussão da luta pela terra empreendida pelos sem-terra de Promissão e o histórico que a antecede, seu olhar volta-se para a apreensão do elemento indígena, enfatizando o que representou a “frente

⁵ Dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, ressaltam-se os de Sampaio (1890) e de Krug (1927) em sua viagem à região, no ano de 1905; a narrativa da viagem de Schmidt (1961) ao Vale do Paranapanema, realizada em 1904; bem como as obras de Cobra (1923) e de Giovannetti, (s/d); assim como de historiadores mais recentes: Vasques, (1972); Abreu, (1973); Borges (1996; 2004). Em relação a outros trabalhos que tratam de questões concernentes à devastação das reservas florestais e da luta pela terra na região, destacam-se os dos geógrafos: Leite (1981); Cleps Jr (1990); Antonio (1990); Almeida (1996); Fernandes (1994) etc.

⁶ Para a compreensão dos “caminhos de penetração da capitania de São Paulo”, desde as incursões quinhentistas as terras centinatas até os caminhos para o sul no século XVIII, ver: Reis (1982).

⁷ Chamou-me a atenção um folheto trabalhado em escolas do município de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, tendo por título *Lendas sobre o nome: Morro do Diabo* (s/d, mimeografado). Nesse folheto, são sugeridas quatro interpretações para a compreensão da denominação de “Morro do Diabo”, elevação de cerca de 400 metros, localizada no município de Teodoro Sampaio, sendo elas: “chifre”; “cemitério”, “missionários” e “bandeirantes”. Na explicação sobre o “chifre”, observa-se o desenho do morro, sinalizando para as inclinações que sugerem tal formato. Na segunda, há a afirmativa de que havia um cemitério indígena no topo do morro. Como terceira explicação, narra-se a morte de missionários, enviados para catequizarem essas populações, ocorrida no alto do morro pelos índios que ali habitavam. A última “lenda” assinala que os bandeirantes, atacando de surpresa, chacinaram centenas de índios na parte mais elevada do morro, os índios revidaram, dependurando os corpos dos bandeirantes na trilha por eles aberta para chegar ao alto da elevação. Tais populações, pela interpretação desse folheto, são vistas como irreais, distantes no tempo e no imaginário dos habitantes do Pontal.

de expansão” e a “frente pioneira” nas chamadas regiões novas:

“Se o conflito entre índios e a frente de expansão significou perdas para os índios, com o avanço da frente pioneira eles foram destruídos, expulsos ou incorporados à sociedade ‘civilizada’ pois, nessas áreas, a perspectiva de altos ganhos com a alta fertilidade aumentou a demanda por novas terras. Nesse processo entraram não só grandes fazendeiros que procuravam expandir seus cafezais e negócios, como também médios e pequenos proprietários em busca de oportunidades de ampliar suas propriedades e expandir suas plantações de café. Surgiu também, de forma expressiva, a figura do especulador e das companhias colonizadoras que lotearam as terras para revendê-las a pequenos proprietários”. (Simonetti, 1999: 21)

Conforme Cobra, no processo de “povoamento” do Vale do Paranapanema, por 40 anos, “[...] perdeu encarniçada a luta e só teve fim depois que os selvagens foram completamente exterminados” (1923: 48). Os índios sofriram o impacto das “dadas”, expedições organizadas pelos sertanejos da região para a “conquista” do “deserto desconhecido”. Assim: “À medida que a ambição pela posse das terras aumentava no sertanejo, cresciam-lhe também desejos de empurrar para mais longe os ocupantes primitivos”. (Cobra, 1923: 138)

Não bastasse o enfrentamento pelos campos, rios e matas, os participantes das “dadas” adotaram ainda, como narra Cobra, o ataque às próprias tribos indígenas ao obterem o conhecimento dos hábitos e costumes dessas populações, como, por exemplo, no momento das danças guerreiras e religiosas, quando os índios ingeriam uma bebida que, de par com a fadiga e cansaço da dança pela noite inteira, tornava-lhes alvo fácil:

“[...] os sitiante penetram nas habitações e encontrando-se com as índias, a umas aprisionam, a outras matam, bem como aos indiosinhos, aos quaes, - conta-se – que chegavam a levantar do chão ou da cama, atirando-os para o ar e espetando-os em ponta de faca; outras vezes tomam-os pelos pés e dar com as suas cabecinhas nos paus, partindo-as. Às índias grávidas, rasgavam-lhes o ventre e depois de fínda a carneficina, amontoavam os cadáveres sobre os quaes lançavam fogo bem como aos ranchos. A estes, variando de tática, de quando em vez, nem sempre punham fogo; deixavam-nos de pé e deitavam substâncias venenosas nos utensílios de cozinha e nos alimentos ali guardados, para que fosse victimado no comer algum que porventura sobrevivesse”. (Cobra, 1923:143)

Nos sítios e povoados em torno de Campos Novos, os moradores viviam atemorizados frente à possibilidade do encontro com os índios. Schmidt (1961) narra em seu diário de viagem⁸ que os confrontos entre os habitantes do lugar e os sertanejos

⁸ Esse diário de viagem foi produzido no ano de 1904 e endereçado, como Relatório, a Carlos Botelho, secretário da Agricultura de São Paulo. A trajetória percorrida por Cornélio Schmidt compreendeu o percurso São Paulo-Barretos a caminho do sul até Cerqueira César; depois a oeste até o Laranja Doce, no limiar do que esse pesquisador denominou como “terrenos desconhecidos”. A viagem deu-se em companhia de Brant, norte-americano que objetivava a compra de terras e a instalação de colônias no Vale do Paranapanema. O resultado da viagem não se apresentou de forma positiva para o empreendimento desejado pelo norte-americano.

que nessa região ingressavam eram constantes. A violência permeava as investidas dos chamados “bugreiros”. Como resposta, os índios Caingangues, chamados de Coroados que viviam pelos campos, veredas e matas característicos dos “terrenos desconhecidos”, à distância espreitavam os invasores, para, aproximando-se, resistir às atrocidades por eles cometidas.

Sampaio, em viagem realizada pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, no ano de 1886, cujo objetivo era a exploração do curso do Paranapanema e seus afluentes, conta que três tribos habitavam o Vale do Paranapanema, sendo elas: os Coroados, os Cayuás e os Chavantes. Sobre o número de habitantes, esse pesquisador supõe “que os Cayuás, que são os mais numerosos dentro do valle, não atingem a 3.000, os outros índios não somam talvez 5.000” (Sampaio, 1890:128).

Conforme Cobra, os Coroados eram os que mais resistiam à “entrada dos povoadores”, pois: “Vivendo nos Valles do Peixe, do Feio e do Tieté principalmente, jamais conhecera as vestes de um padre: era verdadeiramente selvagem” (1923: 32). Afirma o autor que isso contribuía para que os Coroados retrucassem à invasão de suas terras de modo violento, diferentemente dos Chavantes e Cayuás, populações que também habitavam aquela região, mas “[...] não eram tão hostis, fosse por indole, fosse por um resto de catechese que lhes ficara das antigas reduções dos jesuítas, nas margens do grande rio” (Cobra, 1923: 31).

Schmidt, em seu diário, discorreu ainda sobre os índios que para o outro lado do Rio Tietê não andavam muito “bons”, observando a necessidade de que na viagem exploratória se acautelassem no percurso por entre as matas do Vale do Paranapanema, ressaltando, todavia, que poderia ser “[...] muita prosa, como a das brigas na Estrada do Taboado” (1961: 388). Esse viajante, funcionário da Secretaria da Agricultura de São Paulo, estava remetendo-se às disputas de terras ocorridas entre grileiros na estrada do Taboado, em Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Em sua viagem escutara inúmeras vezes referência a essa situação, pressupondo que seriam boatos, tais como os da violência das populações indígenas existentes na região do Vale.

Sampaio, em sua viagem exploratória, ao descer pelos rios do Vale do Paranapanema, já apontava para a situação de conflitos entre os que chegavam e os índios que ali habitavam:

“O indio é de facto a maior dificuldade que encontra o povoamento do valle do Paranapanema. Obrigado a fugir sempre diante do colono invasor, que lhe destróe as mattas, que lhe restringe dia por dia, a área das excursões venatorias, o indio, antigo senhor, reage como pôde, mata e rouba à traição e jamais esquece a vingança como nunca se modera em atrocidades”. (Sampaio, 1890: 106)

Diante do conflito entre as populações imemoriais e os que adentravam a fim de “apossar-se” das terras novas, era preciso, conforme Sampaio, que o poder público interviesse, “[...] protegendo os contendores com medidas indirectas que tragam a

submissão do índio sem o deixar entretanto à mercê do colono, que será por fim o vencedor” (1890: 107). Dando prosseguimento à sua narrativa, Sampaio expõe a história de um fazendeiro, estabelecido no Taquaral, município de Campos Novos, a respeito dos “horrorosos assassinatos” cometidos pelos indígenas na região:

“Em S. Matheus do Sr. José de Paiva os índios assaltaram uma vez em 1884 a sua fazenda, mataram dous escravos que trabalhavam nas plantações e roubaram toda a ferramenta [...]. De José Theodoro, estabelecido no rio Capivara mataram, de uma vez, em 1881, treze pessoas da família entre homens, mulheres e meninos. Os cadáveres foram achados despidos e mutilados de um modo horroroso; uma mulher, ainda moça, foi encontrada espetada em aguda estaca que vinha sahir ao pescoço. Com a furia de cannibae mataram as creanças despedaçando-lhes o craneo, mataram tambem os bois do carro, os cavalos, roubaram toda a ferramenta, toda a roupa, arrancaram até as ferragens do carro, as ferraduras dos animaes, as guarnições metalicas dos arreios. Foi uma carneficina horrível”. (Sampaio, 1890:107)

A fala de Sampaio a respeito dos índios aparece de forma contraditória. Em seu texto, ora afirma que o modo como as populações novas estavam agindo faria com que os índios fossem dizimados, ora que “[...] o castigo do índio pela gente civilizada deve ter sido insignificante, porque o bugre é um inimigo quasi inatingível” (Sampaio, 1890: 107). Não foi bem isso o que a obra de Cobra (1923) demonstrou. Se por um lado Sampaio expõe a violência das populações indígenas frente aos invasores, por outro a narrativa de Cobra é significativa para se pensar os rumos tomados pelos denominados “ocupantes” para o domínio e instauração da chamada “civilização”.

Cobra, no percurso de sua obra, ainda que tenha dado um grande destaque ao heroísmo dos “desbravadores”, denuncia a maneira como se davam as “ocupações” de terras em toda a região do Vale do Paranapanema. Referindo-se às lutas travadas entre o branco e o índio ⁹, salienta: “[...] a lucta é desigual. O branco usa armas de fogo que o inimigo não possui. O combate não dura mais de meia hora; as balas dizimam os que vêm de arco e flecha para a lucta. Cada índio que cahe é soccorrido por outro que o toma para o retirar, vivo ou morto, da refrega e assim são dois que deixam a linha de combate” (Cobra, 1923: 141).

Cobra salienta que em 1904 houve a tentativa, por parte do Estado, de organizar uma sociedade destinada a “civilizar” e “proteger” os selvícolas, encarregando da missão os Capuchinhos. Assinalando o desfecho dessa tentativa, o autor passa a narrar o seguinte fato: Chegando os Capuchinhos em Campos Novos, convidaram alguns sertanejos para acompanhar-lhes numa missão de catequese, mas pediram que não dessem “um só tiro”. Aos padres, no contato com o índio, caberia empunhar o crucifixo e dar início

⁹ Quanto à população indígena que habitava os “sertões” do oeste paulista, Simonetti observa, em relação ao noroeste do Estado, que: “Relatos mostram que em 1912 a população indígena na região estava reduzida a um contingente de 700 indivíduos. Em 1916, a 200 indivíduos. Nos dias atuais restam duas reservas onde os seus remanescentes vivem: Icatu (próximo a Braúna), com superfície de 110 alqueires, abriga 45 pessoas; e Vanuire (a 23 Km de Tupã), tem área de 280 alqueires onde vivem 173 pessoas entre índios e mestiços. Ambas estão subordinadas à Delegacia da Fundação Nacional do Índio, que é o órgão que substituiu o antigo SPI” (Simonetti, 1999: 20).

à catequese. No encontro entre canoas, ao ver os índios à distância, os Capuchinhos empunharam o crucifixo. Por sua vez, os índios, armando o arco e levantando o cacete, investiram animados. Os padres, em desespero, ante o aguardo dos sertanejos, gritaram: “[...] atirem no selvagem, atirem no selvagem”. (Cobra, 1923: 145)

Essa narrativa, apresentada em tom jocoso, demonstra a forma como essas populações agiam e eram tratadas por aqueles que tinham como objetivo “civilizá-las”. Giovanetti, diferindo das considerações de Cobra, ao discorrer sobre o trabalho dos missionários Capuchinhos no Vale do Paranapanema, afirma que a esses “[...] coube a piedosa tarefa da evangelização dos índios”. Ressalta ainda que foram tais missionários “[...] que implantaram o alicerce moral aos incultos, e à sociedade informe e caótica daquele tempo” (Giovanetti, s/d: 44). Os Capuchinhos teriam permanecido na região até o começo de 1907.

Em 1911, chegou a Campos Novos um representante da Comissão Rondon, com o objetivo de “pacificar” a região, entretanto, por aquelas paragens as populações indígenas já não mais poderiam ser encontradas:

“[...] estiveram senhoras de toda a extensão do bacia do rio do Peixe até o fim do século XIX e princípio do século vinte, quando desapareceram, exterminadas. Os poucos que restavam se reuniram nos pontos onde o Governo Federal concentrou o serviço de localização dos índios, ao longo da linha ferrea Noroeste do Brasil”. (Cobra, 1923:135)

No cerne dessas histórias está o fato de que ao buscarmos os homens e mulheres pobres, por entre as poeiras dos relatos de viagem, vem à tona os desmandos vividos tanto pelas populações indígenas no contexto da “ocupação”, quanto, nas primeiras décadas do século XX, e nas que se seguiram, pelos posseiros, sitiantes, pequenos arrendatários etc., em ações decorrentes particularmente dos grileiros que se instalavam na região, assim como das práticas governamentais, indiferentes à situação conflituosa que ali se instaurava.

Mesmo que a história seja a da violência, tendo sido perpetrada por todo o Pontal e Vale do Paranapanema frente as populações indígenas e os homens pobres, na leitura das fontes arroladas emergem as lutas indígenas na defesa de seu território, bem como a dos camponeses na tentativa de permanecerem na terra com suas roças de subsistência, mesmo que sujeitos aos desmandos do grileiro. Configurava-se, desse modo, um espaço em que, se houve a violência, a resistência também se fez presente, dando novos contornos à história na região. Questões perceptíveis nas ações dos camponeses, principalmente a partir da década de 1940, com as práticas dos ex-arrendatários e posseiros no confronto direto com os fazendeiros, e nas décadas de 1980 e 1990, até o tempo presente, na luta dos sem-terra, os quais enunciaram (e enunciam) em suas ações e representações outras conotações e formas de luta, ao conquistarem uma terra quase que consagrada pelo grilo.

Fontes Impressas

COBRA, A. N. 1923. *Em um Recanto do Sertão Paulista*. São Paulo: Tipografia Hennyes.

GIOVANETTI, B. s/d. *Esboço histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo: Empresa Gráfica da 'Revista dos Tribunais Ltda'.

KRUG, Dr. E. 1927. As margens do Paranapanema. Excursão realizada no anno de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. XXIII, São Paulo.

LENDAS *Sobre o nome: Morro do Diabo*. Teodoro Sampaio, s/d. (mimeografado)

SAMPAIO, T. 1890. Considerações Geographicas e Econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. *Boletim da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo*. São Paulo, Typographia King, n.4.

_____. 1902. S. Paulo no Seculo XIX. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, Vol. VI, 1900-1901. São Paulo: Typographia do 'Diário Official'.

SCHMIDT, C. 1961. *Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904*. Anais do Museu Paulista. Tomo XV.

Bibliografia

- ABREU, D. S. 1965. *O Desbravamento da Alta Sorocabana por um bandeirante moderno – Capitão Francisco Whitaker*. Revista de História, São Paulo, 31(62).
- _____. 1972. *Formação histórica de uma cidade pioneira: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Presidente Prudente, FFCL-PP.
- ALMEIDA, R. A. 1996. *Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Presidente Prudente, UNESP.
- ANTONIO, A. P. s/d. *A ação estatal no Processo de Organização Agrária no Município de Teodoro Sampaio – SP*. *Primeiras Notas*.
- _____. 1990. *O movimento social e a organização do espaço rural nos Assentamentos Populacionais dirigidos pelo Estado: Os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960 a 1990*. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo, USP.
- BORGES, M. C. 1996. *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)*. Dissertação de Mestrado em História. Assis, UNESP.
- _____. 2004. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. Tese de Doutorado em História. Assis, UNESP.
- CLEPS JÚNIOR, J. 1990. *O Pontal do Paranapanema paulista: A incorporação regional da periferia do café*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Rio Claro, UNESP.
- FERNANDES, B. M. 1994. *Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo, USP.
- LEITE, J. F. 1981. *A Ocupação do Pontal do Paranapanema*. Tese de Livre-Docência em Geografia. Presidente Prudente, UNESP.
- MARTINS, J. de S. 1972. *Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica*. *Caderno do CERU*, São Paulo, 5.
- MONBEIG, P. 1984. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Pólis/Hucitec.
- MURAMATSU, L. N. 1984. *As revoltas do capim. Movimentos sociais-agrícolas no oeste paulista (1959-1970)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo, USP>
- REIS, P. P. dos. 1982. *Caminhos de Penetração da Capitania de São Paulo*. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 21.
- SIMONETTI, M. C. L. 1999. *A longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo, USP.
- VASQUES, A. C. B. 1973. *A Evolução da Ocupação das terras no Município de Teodoro Sampaio - S.P.* Tese de Doutorado em História. São Paulo, USP.
- _____. s/d. *Instalação e abertura das grandes fazendas no Município de Teodoro Sampaio (Pontal do Paranapanema) - S.P.* *Documentos Geográficos da Argeo*. Unesp.